

Ecologia cultural e inocência

GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR

O recente livro de Marvin Harris *Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas* é um dos pouquíssimos trabalhos publicados em português, que encontra na ecologia cultural seu objeto e método. É de se lamentar que na leitura de um dos raros estudos de ecologia disponíveis no Brasil venha deparar-se o leitor com um tão cru materialismo. De fato, quando Marx na Ideologia Alemã afirmou que “Toda vida social é essencialmente prática” e que “todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática”, jamais poderia imaginar que quase cem anos após a sua morte, este ponto de vista fosse levado tão longe na distante América do Norte.

Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas é aberto com a explicitação de algumas das intenções do autor. Entre elas, a de contribuir para uma metodologia multidisciplinar como condição para um entendimento em profundidade da realidade humana. Como outros materialismos, a Ecologia parte de uma visão de totalidade. No caso das sociedades sem classes o todo é gerado por uma dialética própria que opõe e integra homem e natureza. Assim Harris trabalha e analisa dados que na epistemologia corrente e na organização social da academia encontram-se em campos e departamentos diversos, como os da climatologia, solos, zoologia, botânica etc. Esta maneira de se fazer antropologia se assemelha a velha tradição naturalista que procurava por meio de uma visão abrangente do meio natural explicar a sociedade e a cultura. Uma forte nuance positivista, positivista mesmo — não do “neo-positivismo” em sociologia), aliás historicamente associada ao naturalismo, também colore a metodologia. Tal naturalismo interdisciplinar tem muito a ver com a idéia de ciência positiva à maneira de Comte e especialmente com a posição ocupada pela Sociologia na sua hierarquia científica, como um campo mais complexo que agregaria o conhecimento dos demais.

A perspectiva totalizante e naturalista da ecologia cultural, que transparece no livro de Harris, vem de uma velha e respeitável tradição da antropologia americana, que se abre com Morgan, passando por Leslie White e Julian Steward e chegando aos ecólogos atuais. Ela manteve-se pela organização dos departamentos de antropologia norte-americanos, que incluem não apenas o campo da antropologia Social, como também os da lingüística, antropologia física (biologia) e Arqueologia. O contraste é marcante com a universidade européia onde cada uma dessas disciplinas situa-se em departamentos ou institutos próprios e autônomos. De certa forma, a própria postura de atropólogos europeus e norte-americanos frente ao conhecimento manifesta tal diferença. Enquanto os primeiros enfatizam o papel de "intelectual", os últimos tendem a se situar como "cientistas". A ecologia cultural, bem como em outro nível a etno-ciência, são resultados diretos deste tipo de estrutura acadêmica, que tanto pode gerar abordagens das mais interessantes, como estas, ou verdadeiros absurdos, caso da sociobiologia. A simples divulgação de uma abordagem praticamente desconhecida para o público brasileiro já confere portanto um valor inicial ao livro.

A idéia fundamental da obra, bem como do "materialismo cultural" de Harris, é de que "os fenômenos aparentemente mais extravagantes... revelam-se baseados em condições, necessidades e atividades comuns, banais ou mesmo vulgares", em fenômenos de ordem material tais como "sexo, energia, ventos chuvas e outros fenômenos tangíveis e comuns". Conforme veremos no decorrer da análise do livro, parece que a pretensa praticidade da vida social emerge pelo menos em alguns casos, do simplismo na interpretação empregada pelo autor.

Os onze capítulos que compõem o corpo da obra estudam casos limites do que para a cultura ocidental parece ser estranho na variedade das culturas humanas. O primeiro trabalho, "a mãe vaca", baseado em um texto anterior que marcou época no recente debate teórico em Ecologia, é o que apresenta um modelo interpretativo mais "fechado" e consistente.

Harris demonstra, convincentemente, que o tabu hindu de não consumir carne bovina tem um sentido altamente prático. O gado é para os hindus mais valioso como instrumento de trabalho puxando arados e produzindo leite e adubo, do que como fonte de carne. A argumentação é perfeita e as reflexões contidas no texto são importantes não apenas para a teoria antropológica, como também para a política econômica de países subdesenvolvidos.

Fica no entanto uma enorme sensação de vazio. Harris vê a cultura (ou se preferirem, a "ideologia"), como um espelho fiel de condições materiais. O problema complexo e difícil das relações entre estruturas e superestruturas é simplesmente amassado pelo rolo compressor da praticidade. "Mecanicismo, marxismo vulgar, etc.", todos estes rótulos conspícuos podem ser aplicados com certa propriedade. A análise de Harris do tabu da carne de vaca faz muito sentido, mas faria muito mais se também explorasse a dinâmica ideológica que cerca o tabu.

No artigo seguinte, "Amigos e Inimigos dos Porcos", fica apenas o vazio metodológico, sem a consistência encontrada no primeiro. Houve maior felicidade com as vacas do que com os suínos, quando é discutido o tabu judeu e islamita sobre o consumo de sua carne. A explicação é de que o porco não é adaptado ao meio ambiente seco e quente do oriente médio. Perfeito para um primeiro momento do entendimento do tabu. Daí, porém, partir-se para a etapa seguinte da explicação de que o tabu existe pois "quanto maior a tentação, maior a necessidade de proteção divina" e que "o porco era gostoso mas tornava-se muito dispendioso alimentá-lo e mantê-lo saudável" é forçar a realidade por imposição de um esquema teórico simplista e etnocêntrico. É sabido que gostos alimentares são culturalmente condicionados. A repugnância que nós sentimos por carne de cachorro, por exemplo, que os chineses tanto apreciam, ilustra este banal fato etnológico.

Não consigo entender muito bem como Harris conseguiu chegar a uma explicação tão simplista, pois em um bom estudo anterior seu é exatamente estabelecido um contraste entre as óticas culturais brasileiras e norte-americanas, no referente as classificações raciais encontradas nos dois países.

Uma comparação com a análise de Mary Douglas sobre as abominações do Levítico, incluindo o tabu da carne de porco pode ajudar-nos a perceber algumas conotações da análise de Harris. O tabu da carne de porco e os demais encontrados no Levítico são por ela entendidos como respondendo a uma necessidade primeira de se imprimir uma ordem no universo e na vida social — para que as categorias classificatórias estejam claramente separadas e distintas. Também faz-se aqui presente um profundo fosso metodológico. Enquanto Harris vê a ideologia como um mero reflexo de relações materiais, Douglas trabalha com a ideologia solta no ar, como um sistema fechado e explicado por uma relação entre seus elementos internos e princípios universais. Creio ser muito claro que se suínos fossem abundantes e adaptados aos habitantes originais judeus e

islâmicos, a tendência seria marcá-los como categoria comestível, especialmente na falta de outras fontes de proteínas igualmente acessíveis.

No capítulo seguinte, a discussão passa aos Maring, um povo da Nova Guiné que literalmente adora os porcos. Com base no livro de Rapaport sobre o tema são estabelecidas relações entre o crescimento da população suína, festins cíclicos com carne de porco, guerra, controle populacional e rotação no uso da terra. A guerra mantém o fio da meada no ensaio subsequente, quando por ela são explicadas as relações assimétricas entre os sexos. Segundo Harris, as atividades militares seriam as únicas em que ocorreria uma vantagem real dos homens sobre as mulheres, razão da superioridade masculina em praticamente todas as culturas humanas. A guerra limitaria a população masculina e o infanticídio a feminina. Contradizendo o autor, tanto há exemplos de mulheres-soldado especialmente na África tradicional, como na Israel contemporânea, como por outro lado, há culturas muito pacíficas, nas quais é posto um verdadeiro prêmio na habilidade masculina de fugir dos inimigos, e onde, assim mesmo, os homens são considerados superiores (caso Tapirapé, por exemplo).

O estudo sobre os Kwakiul é interessante por considerar o envolvimento colonial que sofreram os índios da costa noroeste da América do Norte, apresentando semelhanças com a nossa familiar explicação brasileira pelo contato interétnico. Três ensaios sobre milenarismo mantém a mesma linha; tanto os "Cargo cults", como o messianismo bíblico judeu e o papel de Cristo, são entendidos como formas particulares de revolta à dominação colonial. No primeiro caso dominação por várias potências européias e no último pelos romanos dos anos vizinhos ao início da era cristã. Cristo é identificado com um revolucionário político, o que não é exatamente original. Neste ponto, aparece uma afirmação que contradiz a própria idéia geral do livro, de conscientizar pela ciência: "Classes, raças e nações", segundo Harris, aceitam a dominação, não por "ideologias irracionais", mas devido a um cálculo racional dos riscos, a que à tentativa de mudança levaria.

Novamente, a cultura é eliminada como conceito analítico. Tal ponto de vista de que as classes baixas e outros oprimidos aceitam relações desiguais devido a uma avaliação racional dos riscos da tentativa de mudança, é mais uma falácia, por sinal amplamente difundida entre materialistas norte-americanos.

Nos últimos ensaios sobre bruxas, aparece a idéia fascinante de que as bruxas medievais usariam drogas alucinógenas. O complexo

da inquisição voltado para a repressão à bruxaria é entendido como uma “manobra do sistema”, para que a população encontrasse explicações alternativas às condições de vida de seu tempo.

Durante todo o percurso da obra são tiradas lições morais e ideológicas e, no fim, chega-se a uma grande lição. Tanto a contra cultura, como metodologias antropológicas que aceitam um relativismo extremo da “explicação pelo nativo” são equiparadas ao fenômeno das bruxas e vistos como uma forma de “escapismo ideológico”. A ciência “objetiva” é entendida como solução.

Em suma, o livro tem muitas variações, da originalidade ao lugar comum, da consistência à fragilidade na argumentação. Como livro de divulgação, seu estilo é leve e claro, para o que também colaborou o bom trabalho da tradutora. Um certo humor que aparece no título repete-se em pontos diferentes do trabalho.

A escolha de *Vacas, etc.* para a publicação em português não faz justiça a contribuição de Harris à Antropologia. Ele é o autor de *The Rise of Anthropological Theory*, a mais completa, senão a melhor história da Antropologia já escrita. Se a intenção fosse editar um livro popular a escolha deveria recair sobre *Canibals and Kings*, posterior a *Vacas, Porcos, guerras e bruxas* e com uma linha de argumentação mais razoável. Alguns dos temas tratados no volume que ora discutimos recebem um tratamento mais sofisticado neste outro livro. Sim, pois de *Vacas, etc.*, a impressão que se tira é de que as idéias do autor foram simplesmente lançadas em uma forma ensaística, sem muita consideração pela necessidade de fundamentá-las.

A edição da obra, no contexto da raridade dos trabalhos sobre o assunto em língua portuguesa, também não faz justiça a potencialidades da ecologia cultural como metodologia antropológica. Abordagens antropológicas carregam um forte peso nacionalista para justificá-las em seus países de origem, bem como parecem expressar sistemas acadêmicos altamente competitivos, onde o radicalismo metodológico responde algumas vezes, mais à praxis do faccionalismo acadêmico do que à chamada “realidade”. O isolamento da Universidade do mundo exterior confere uma grande força as suas relações internas no moldar de teorias científicas.

Se, de um lado, este isolamento justifica o radicalismo, não resta dúvida que teorias antropológicas expressam também aspectos extra-acadêmicos das culturas que as produziram. O intelectualismo das abordagens estruturalistas tem muito a ver com o intelectualismo da cultura das elites francesas. A ênfase na praticidade, na fórmula ecológica de Harris, expressa o pragmatismo da cultura americana.

Não vejo por todas estas razões sentido nenhum em se importar teoria sem uma postura crítica. No Brasil já há cerca de 30 anos que sociólogos têm trabalhado com uma autonomia teórica altamente criativa e comprometida com a situação brasileira. Na antropologia, uma abordagem semelhante tem caracterizado vários dos nossos pesquisadores. No seu futuro desenvolvimento, penso que a antropologia brasileira, poderá usar a Ecologia Cultural, como uma de suas peças importantes — É uma abordagem que parte de relações sociais concretas como um primeiro instante da explicação, situa o estudo de casos e situações particulares em uma ampla dimensão diacrônica, e privilegia como objeto um dos temas mais relevantes de nossa época. Pode e deve ser combinada com outros sistemas de análises. O livro de Harris não contribui para que a ecologia assuma este papel.